



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

PROCURADORIA JURÍDICA DE SCHROEDER/SC

PARECER Nº 009/2025 - PROJUR

Parecer referente ao recurso administrativo interposto pela empresa FOSTER COMPANY LTDA e contrarrazões apresentada pela empresa CLIC PRODUÇÕES LTDA, no Processo de Licitação nº 03/2025-PMS, Modalidade Pregão Eletrônico nº 03/2025-PMS. Contratação nº 900032025.

1. SÍNTESE DOS FATOS

O Consulente do Setor de Licitações, através do despacho nº. 16 do Processo Administrativo nº 668/2024, solicita análise do recurso interposto pela empresa FOSTER COMPANY LTDA e contrarrazões apresentada pela empresa CLIC PRODUÇÕES LTDA, no Processo de Licitação nº 03/2025-PMS, Modalidade Pregão Eletrônico nº 03/2025-PMS. Contratação nº 900032025.

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para Serviço de transmissão para o 31º torneio de verão de Schroeder. Serviços necessários para realizar a cobertura de todos os jogos, transmitindo os jogos via YouTube e Facebook.

Em suas contrarrazões a recorrida pugna pela manutenção da decisão do Agente de Contratações a qual a declarou vencedora do certame.

É o breve relatório.

2. DO PARECER

Inicialmente convém destacarmos que as normas que regulamentam os processos licitatórios devem ser interpretadas de maneira que propiciem a ampliação da disputa, desde que não comprometam a isonomia e a finalidade do certame, o que possibilitará a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração.

A recorrente alega que a recorrida na demonstração de qualificação econômica financeira “não apresentou as notas explicativas, parte que integra o balanço patrimonial”.

Dito isto, imperioso analisarmos os itens do edital que solicitam a documentação em relação a qualificação econômica financeira, vejamos:

7.3.2. Demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com abertura e fechamento dos livros e registros referente ao balanço patrimonial (devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da Licitante);

7.3.2.1. Para comprovação da letra "7.3.2", as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar o arquivo que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED) e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED);



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

7.3.2.2. Não serão aceitos balancetes não registrados.

7.3.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, com a apresentação do termo de abertura, devidamente registrado.

7.3.4. Os índices financeiros apresentados no balanço patrimonial deverão ser maiores do que 1, exceto o de endividamento que deverá ser menor que 1. Caso os índices não sejam apresentados, ou os valores diferentes do solicitado, o patrimônio líquido deverá corresponder à 10% do valor da contratação.

Da análise dos itens do edital denota-se que foi solicitado as demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais com abertura e fechamento dos livros e registros referente ao balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da licitante, não fazendo nenhuma menção a necessidade de apresentação de notas explicativas.

Desta forma, não contida no edital tal exigência não pode a recorrida ser inabilitada por não apresentar as notas explicativas.

Nesse sentido temos o entendimento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, *in verbis*:

MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO LICITATÓRIO. PREGÃO ELETRÔNICO N. 135/2020. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA DE VIGILÂNCIA ORGÂNICA – DESARMADA E ARMADA. VENCEDORAS AS EMPRESAS SEGPLUS SISTEMAS DE SEGURANÇA EIRELI (LOTES 1, 3 E 4), MASTER VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA. (LOTES 2 E 5) E ONDREPSB SERVIÇO DE GUARDA E VIGILÂNCIA LTDA. (LOTES 6 E 7). IMPETRAÇÃO PROMOVIDA APÓS A ADJUDICAÇÃO DO OBJETO E ASSINATURA DOS CONTRATOS. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO AFASTA O INTERESSE PROCESSUAL. PRELIMINAR RECHAÇADA.

"A jurisprudência do STJ tem se esposado do entendimento de que é possível apreciar a legalidade de tais processos administrativos, mesmo que tenha havido o transcurso de fases de julgamento, homologação e até de adjudicação. No caso de licitações públicas, seria possível a impetração, mesmo que tivesse havido o ajuste contratual e, até, a execução da obra ou serviço ou, ainda, o fornecimento do bem. [...] Raciocinar de forma diversa seria excluir fatos administrativos da apreciação judicial, o que não coadunaria com a melhor hermenêutica do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal" (STJ, MS 12.892/DF, rel. Min. Humberto Martins, Primeira Seção, j. 26-2-2014).

MÉRITO. RECURSO ADMINISTRATIVO MANEJADO PELA ONDREPSB SERVIÇO DE GUARDA E VIGILÂNCIA EM DESFAVOR DA HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS SEGPLUS E MASTER VIGILÂNCIA NO CERTAME. DESPROVIMENTO. CNPJ DA EMPRESA SEGPLUS, REFERIDO NOS LOTES QUE VENCEU, QUE É O DE SUA MATRIZ, E NÃO O DE SUA FILIAL. CUMPRIMENTO DO ITEM 10.6 DO EDITAL. PROPOSTA DE PREÇOS DA EMPRESA SEGPLUS. PROXIMIDADE ENTRE OS VALORES SUGERIDOS PELOS TRÊS LICITANTES QUANTO AOS LOTES 1, 3 E 4. INDICATIVO DE QUE NÃO SE TRATA DE PREÇOS INEXEQUÍVEIS. ADEQUAÇÃO DE ASPECTOS SEM ALTERAÇÃO DO VALOR GLOBAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. FALTA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA DA CONDIÇÃO DA MASTER COMO "EMPRESA DE GRANDE PORTE" PARA OS FINS LEGAIS. **DESNECESSIDADE DE QUE O BALANÇO PATRIMONIAL VENHA ACOMPANHADO DE "NOTAS EXPLICATIVAS". VIOLAÇÃO DE DIREITO**



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADA. DENEGACÃO DA ORDEM.

(TJSC, Mandado de Segurança Cível n. 5039977-36.2021.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Jorge Luiz de Borba, Primeira Câmara de Direito Público, j. 25-01-2022).

Ainda,

MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO LICITATÓRIO. SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTO CONSIDERADA INDEVIDA. RECONSIDERAÇÃO ADMINISTRATIVA. PERDA DE OBJETO NO PONTO. **ALEGADA INOBSERVÂNCIA QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. INOCORRÊNCIA. PRETENDIDA INABILITAÇÃO DE ENTIDADE CONCORRENTE POR INVOCADA IRREGULARIDADE NA PUBLICAÇÃO DE SUAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM NOTAS EXPLICATIVAS. FALTA DE EXIGÊNCIA EDITALÍCIA A RESPEITO.** DESCABIMENTO. ORDEM DENEGADA.

I. Tendo havido, por parte do órgão público licitante, reconsideração quanto a documento exigido, dada a insurgência da parte impetrante, tal matéria prescinde de apreciação na via judicial, pois restou prejudicada por superveniente perda de objeto. II. Não se desnuda factível concluir que a qualificação técnica deixou de ser considerada pelo edital, eis que nele está expressamente referida. **III. "Em não havendo disposição no edital acerca da obrigatoriedade de apresentação de notas exemplificativas a fim de comprovar o balanço patrimonial, a manutenção da impetrante no certame é medida que se impõe, pois 'o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no art. 41 da Lei 8.666' (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Malheiros Editora, 2010, p. 542)".** (TJSC - Reexame Necessário n. 0300995-26.2015.8.24.0080, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. em 17.5.2016). (TJSC, Mandado de Segurança n. 0305028-31.2018.8.24.0023, da Capital, rel. João Henrique Blasi, Segunda Câmara de Direito Público, j. 28-05-2019).

Ademais, a recorrida em suas contrarrazões apresentou declaração firmada pelo Sr. Wandernei Marquardt, técnico em contabilidade, informando que a empresa cumpriu com as obrigações contábeis, fiscais e tributárias, vejamos:

[...]

declaro que a empresa CLIC PRODUÇÕES LTDA cumpriu integralmente suas obrigações contábeis, fiscais e tributárias, nos termos da legislação vigente e das normas contábeis aplicáveis, desde o momento do desenquadramento do MEI e constituição da sociedade empresária limitada de acordo com a NBC TG 1002.

[...]

Na declaração supramencionada foi informado ainda que a recorrida não é obrigada a realizar as notas explicativas, vejamos:

4. Notas explicativas: A referida norma estabelece ainda em seu item 3.7 que "a microentidade não está obrigada a elaborar notas explicativas, mas é incentivada a divulgá-las." foi apresentada a declaração de conformidade em atendimento ao item 3.2 da NBC TG 1002.

Sendo assim, em obediência ao princípio da legalidade, da vinculação ao edital, da



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

igualdade, da economicidade, bem como os demais princípios correlatos, sugere-se pela ratificação da decisão do pregoeiro, mantendo habilitada a empresa **CLIC PRODUÇÕES LTDA**, no presente processo licitatório.

Desta forma, sugere-se pelo conhecimento do recurso interposto pela empresa **FOSTER COMPANY LTDA** e no mérito pelo seu indeferimento.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta procuradoria **SUGERE** pelo **CONHECIMENTO** do **RECURSO** apresentado pela empresa **FOSTER COMPANY LTDA**, e no **MÉRITO**, pelo seu **INDEFERIMENTO**.

É o parecer.

Schroeder (SC), 5 de fevereiro de 2025.

DIEGO AUGUSTO BAYER

Procurador Municipal
OAB/SC n.º 28.822

SUZANA PEREIRA LOPES

Assessora Jurídica
OAB/SC n.º 60.105